



# SINTFESP CONVOCA ASSEMBLEIA GERAL

**Dia 10 de maio de 2012**  
**quinta-feira, às 14h**  
**Auditório do Ex-Inamps**  
**(Rua 82, Praça Cívica)**

- Pauta:**
- ✓ Informes
  - ✓ Tabelas Salariais da Carreira da Saúde 2013/2014
  - ✓ GT do INSS - vantagens e desvantagens do subsídio
  - ✓ GEAP
  - ✓ Eleição de Delegados para o 13º Congresso Estadual da CUT Goiás

## **ASSESSORIA JURÍDICA DO SINTFESP-GO/TO ATUALIZA INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSOS JURÍDICOS DA ENTIDADE**

**D**iretores do SINTFESP-GO/TO se reuniram, no dia 18 de abril, com o Dr. João Machado e a advogada Domitila, com o objetivo de atualizar as informações dos processos jurídicos da entidade. Na ocasião, o sindicato tornou pública sua intenção de contratar um profissional para elaborar os cálculos dos 28,86% dos servidores do Ministério da Saúde. Confira o relatório:

### **28,86% - Mandado de Segurança do Ministério da Saúde, EmbExeMS 3099 STJ**

De acordo com Dr. João Machado, a execução que corre no Superior Tribunal de Justiça (STJ), fundada no acórdão que impôs à União a obrigação de pagar o reajuste dos 28.86%, está suspensa, por força dos embargos à execução opostos pela União. Neste momento o Sindicato empenha-se no julgamento dos Embargos. As fichas financeiras dos beneficiários já foram solicitadas e assim que forem entregues, o SINTFESP se compromete a contratar uma assessoria contábil com a finalidade de apresentar uma conta, atualizada e consistente, a fim de definir parâmetros mais seguros ao julgamento dos Embargos que foram opostos pela União.

### **28,86% Ações Ordinárias**

Ainda segundo as informações do advogado da causa, as apelações interpostas pelo SINTFESP GO/TO estão sendo providas para determinar prosseguimento das execuções. Inconformada, entretanto, com o resultado dos julgamentos das apelações pelo Tribunal Regional Federal – 1ª Região, que sabiamente afastou a prescrição outrora anunciada pelo Juiz da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás, a União, agora, manifeste interesse em levar a questão ao STJ.

Nesse sentido é que interpôs Recurso Especial em três apelações, sendo que o Sindicato já foi intimado a respondê-los; caso os Recursos Especiais sejam admitidos, eles deverão ser remetidos ao STJ. Neste meio tempo, a Assessoria Jurídica está verificando a possibilidade de atualizar, desde logo, as planilhas de cálculos dos 52 processos, objetivando acelerar a retomada das execuções.

### **INSS: 28,86%- (seis pessoas): restam 06 filiados remanescentes do Processo Mãe:**

Desde novembro do ano passado, a Assessoria Jurídica apresentou a conta atualizada dos valores dos créditos devidos aos seis exeqüentes que restam, requerendo o pagamento da dívida que, a depender dos valores, poderá ser feito via Requisição de Pequeno Valor (RPV), caso os valores apurados sejam iguais ou inferiores a 60 salários mínimos, ou via precatório para os valores maiores de 60 salários mínimos. Em seguida, o Juiz do feito chamou o INSS a se manifestar sobre os cálculos apresentados pelo Sindicato. Os autos estão conclusos, desde 13 de abril, a aguardar para decisão, inclusive a respeito do pedido de imediato pagamento da dívida.

### **28,86% Processo 54 pessoas**

O INSS interpôs recurso de apelação e a Assessoria Jurídica do Sindicato já fez a devida defesa; A execução está suspensa e voltará a tramitar assim que os embargos forem devolvidos pelo TRF-1ª Região ao juízo de origem. Com a finalidade de evitar maiores atrasos na execução, o Sindicato irá solicitar aos beneficiários da ação que assinem, desde logo, contratos de prestação de serviços advocatícios, os quais serão juntados aos autos da execução.

### **Anuênios do INSS**

O prazo judicial para o INSS concluir a apuração dos valores devidos, aos beneficiários da ação, expirou. Os autos foram devolvidos, com pedido de mais 20 dias para conclusão dos trabalhos. No dia 30 de abril, o INSS apresentou a conta do valor que seria devido, a título de anuênio. Agora, o SINTFESP GO/TO irá examinar a conta e verificar o seu acerto. Assim que este trabalho for concluído, o sindicato terá condições de prestar informações detalhadas a respeito do processo aos seus filiados.

Estiveram presentes na reunião, o Dr. João Machado e a advogada Domitila, Escritório de Goiás e as Diretoras da pasta Terezinha Aguiar e Laura Isabela, o Diretor Luis Carlos Campos e Luciano Miguel, funcionário administrativo do Sindicato.